

## **Bancários realizarão ato em defesa do Banco do Brasil e do povo brasileiro**

A 27ª Conferência Nacional da categoria bancária aprovou a realização de ato nacional em defesa do Banco do Brasil. Além da defesa do BB, os atos vão pedir a responsabilização dos envolvidos por fazerem um ataque coordenado ao banco, à economia brasileira e ao sistema financeiro nacional. Em São Paulo, o ato será realizado em frente ao prédio da matriz do BB na avenida Paulista. Em Brasília, o ato ocorrerá em frente à sede do banco. E No Rio de Janeiro em frente ao edifício Sedan do BB, situado na Rua Senador Dantas no centro da cidade.

Em nota, divulgada na sexta-feira (22), o Banco do Brasil informou que foram identificadas “publicações inverídicas e maliciosas que disseminam informação em redes sociais, com o objetivo de gerar pânico e induzir a população a decisões que podem prejudicar a sua saúde financeira”, e que tomará ações judiciais após ataques nas redes sociais. Postagens com fake news, sobre a existência de sanções estrangeiras e de bloqueio de ativos de ministros do STF, recomendaram a retirada de recursos do banco.

Segundo o banco, os ataques nas redes sociais começaram na terça-feira (19). O BB também denunciou autores desses ataques, entre eles o deputado federal Gustavo Gayer (PL-GO) e o advogado Jeffrey Chiquini, que defende o ex-assessor da Presidência do governo Jair Bolsonaro, Filipe Martins. Ambos publicaram postagens, segundo o banco, difamatórias e contra a soberania nacional. Também há um vídeo feito por Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no dia 20, em que o deputado federal afirma que “o Banco do Brasil será cortado das relações internacionais, o que o levará à falência”.

“O Banco do Brasil é uma instituição forte e segura. Mas, se estes ataques tivessem chances de surtir efeito, poderia gerar um colapso em todo o sistema financeiro do país e todo o povo brasileiro seria prejudicado. Isso é traição! É atentar contra a soberania brasileira e contra o Sistema Financeiro Nacional, um crime passível de multa e pena de reclusão”, afirmou a presidenta da Contraf-CUT e vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira.

De acordo com a advogada Renata Cabral, sócia do escritório Crivelli Advogados Associados, “esses ataques podem configurar crimes contra o Estado Democrático de Direito, contra a soberania nacional e contra o Sistema Financeiro Nacional, além de representar violação de sigilo bancário e difamação.” A Lei 7.492/1986, que regula e trata de crimes contra o sistema financeiro nacional, pune com multa e pena de dois a seis anos de reclusão quem divulga informações falsas ou incompletas sobre instituições financeiras.

“Por isso, vamos pedir a cassação dos mandatos desses deputados e também a prisão e responsabilização desse advogado que, de forma irresponsável, atentam contra o Sistema Financeiro Nacional, a economia do país, contra os interesses do povo brasileiro e contra a soberania nacional”, completou a presidenta da Contraf-CUT.